458082/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$3.691,06 (três mil, seiscentos e noventa e um reais e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base proporcional a (10.950 dias de 10.950 dias) que corresponde a 100% de R\$ 1.922,82	1.922,82
Aulas Suplementares - 30h	576,85
Gratificação Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	133,84
Adicional de Tempo de Serviço - 55%	1.057,55
Total de Proventos	3.691,06

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/12/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 875573

**Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AT AP Nº 4.784 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022**

Dispõe sobre a ATUALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ COM BASE NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70/2012 - Processo nº 2022/199789.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais.

Considerando, ainda, a EC nº 70/2012, que estabeleceu critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 e que se incapacitaram após essa data, resolve:

I – Atualizar a Portaria AP nº 0786, de 01/02/2008, a qual retificou a Portaria AP nº 0527, de 02/04/2007, que aposentou a servidora MARIA GALVAO DA COSTA, mat. nº 198188/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de modo a modificar a fundamentação legal do ato a fim de que passe a constar o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005; art. 131, § 1º, inciso VII, da Lei nº 5.810/1994, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.262,53 (um mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base proporcional a 8.425 dias de 10.950 que corresponde a 76,94064% de R\$1.215,50	935,21
Adicional por Tempo de Serviço - 35%	327,32
Total de Proventos	1.262,53

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/12/2022 com efeitos retroativos aos últimos cinco anos a contar desta data, na forma do Memorando Circular nº 21/2022 DIPRE-IGEPREV (PAE nº 2022/692135), respeitados valores e tabelas salariais vigentes à época da retroação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 875600

**Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 5.512 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/136936.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, III, da Lei nº 5.810/1994; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016, Parecer nº 03/2021 PROJUR/IGEPREV (Protocolo nº 2021/95564) e na Ata de Reunião nº 001/2022 – DIREX/IGEPREV (Protocolo nº 2022/102289) datada de 18/01/2022; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, VANIA LENA DANTAS DA CUNHA, mat. nº 594580/1, na função de Professor Colaborador Nível Superior, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.826,32 (onze mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.864,86
Aulas Suplementares - 48h	463,78
Gratificação Magistério - VPNI	231,74
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.091,89
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.174,05
Total de Proventos	11.826,32

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/12/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 877980

PENSÃO

**Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 5571 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/1346979, 2022/1347638, 2022/1347638.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/1346979, 2022/1347638, 2022/1347638, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 - 50% em favor de GEANE COSTA DE PAULA CRUZ,, na condição cônjuge, no valor de R\$ 3.519,79 (três mil e quinhentos e dezenove reais e setenta e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 30, inciso I, alíneas "a", 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021

I.2 - 25% em favor de ALESSA CAMILLY COSTA DA CRUZ, na condição de filha menor, no valor de R\$ 1.759,90 (um mil e setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 30, inciso I, alíneas "c", 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

I.3 - 25% em favor de MARIA GEOVANNA COSTA DE CRUZ, na condição de filha menor, no valor de R\$ 1.759,90 (um mil e setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 30, inciso I, alíneas "c", 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021. Perfazendo o total de R\$ 7.039,59 (sete mil e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), provenientes do óbito do ex-segurado ANTÔNIO CARLOS COSTA DA CRUZ, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de Cabo/PM RR, sob a matrícula nº 3407705/1, falecido em 04/09/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/12/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (04/09/2022), nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 878828

**Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 5.527 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/1344498.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/1344498, ficando o percentual assim distribuído para a dependente habilitada:

7. 1-100% em favor de ANTONIA ALVES DA SILVA, na condição de companheira, no valor de R\$ 7.146,24 (sete mil cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021. Perfazendo o total R\$ 7.146,24 (sete mil cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), provenientes do óbito do ex-segurado MAURO PEREIRA CUNHA, pertencente ao quadro de inativo da Polícia Militar do Estado do Pará- PM/PA, tendo seus proventos calculados com base no soldo de 3º SARGENTO PM, mat. nº 5039495/1, falecido em 13/09/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/12/2022, com efeitos financeiros retroagindo à datado óbito 13/09/2022, nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 878832

**Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 5.541 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/1247700.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: